

AGENDA  
INSTITUCIONAL DO

*Cooperativismo*  
GAÚCHO





O Sistema Ocergs reúne 372 cooperativas em todos os ramos de atuação, com 4,2 milhões de associados, 78,5 mil trabalhadores e um faturamento de R\$ 93,2 bilhões em 2024 – o que representa cerca de 14% do PIB do Rio Grande do Sul.

A Agenda Institucional apresenta as prioridades do cooperativismo gaúcho e busca fortalecer o diálogo com o Parlamento, o Governo e demais lideranças. Mais do que um registro de demandas, é um convite à construção conjunta de soluções para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado e do país.

As cooperativas já mostraram sua força: geram trabalho, renda e oportunidades em todas as regiões. Mas para seguirem crescendo e beneficiando milhões de famílias, precisamos de políticas públicas que reconheçam a importância do setor e garantam condições justas de competição e investimento.

Por isso, contamos com o apoio dos(as) parlamentares para avançar em medidas que não são apenas demandas das cooperativas, mas de toda a sociedade gaúcha, que depende de um campo mais forte, de energia de qualidade, de saúde acessível, de crédito justo e de educação transformadora.

**Cooperar é somar forças. Estamos prontos para seguir construindo juntos um futuro mais justo, inovador e sustentável.**

## REFORMA TRIBUTÁRIA

**Contexto:** Elevação da carga tributária e aumento de alíquotas de produtos e serviços das cooperativas.

**Demanda:** Apoio ao texto apresentado pelos Sistemas Ocergs e OCB, garantindo tratamento justo ao cooperativismo na regulamentação.

## TRIBUTAÇÃO DO ATO COOPERATIVO

**Contexto:** Ausência de regulamentação sobre o adequado tratamento tributário do Ato Cooperativo, com impactos relevantes nos diferentes ramos do cooperativismo.

**Demanda:** Aprovação de iniciativas que garantam isonomia e mantenham as cooperativas em condições justas de concorrência.

## VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

**Contexto:** Inserção do suco de uva à cesta básica, estimulando o consumo de produto saudável, nacional e produzido pela agricultura familiar.

**Demanda:** Apoio para revisão e inclusão no Anexo I da LC 214/2025.

## CRÉDITO PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

**Contexto:** Poucos recursos disponíveis para crédito e aquisição de insumos e maquinário para produção de alimentos, com necessidade de linha de crédito permanente e taxa de juros favorecida para irrigação equiparada à de implementos agrícolas.

**Demanda:** Apoio na ampliação da política de crédito, mantendo a estrutura atual do Plano Safra.

## SEGURO AGRÍCOLA

**Contexto:** Seguro agrícola pouco acessível com custos altos e baixa oferta de seguradoras devido aos eventos climáticos do RS, resultando em risco climático excessivo para o setor.

**Demanda:** Apoio na aprovação de ajustes da política de securitização junto ao governo federal e incentivo ao setor privado, com maior aporte de recursos e subvenção.

## CRÉDITO PARA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

**Contexto:** Dificuldade de acesso ao crédito, a regulamentação atual do Banco Central sobre a agricultura familiar é restritiva, impede que muitos produtores obtenham crédito do PRONAF e limita o financiamento para expansão da produção.

**Demanda:** Apoio para retomar a condição anterior das linhas de financiamento do PRONAF para cooperativas, reduzindo de 75% para 60% a exigência de agricultores familiares associados. Isso permitirá ampliar o acesso a menor taxa de juros para mais cooperados.

## REPRESENTATIVIDADE NO PARLAMENTO

**Contexto:** Necessidade de melhoria da estrutura interna do parlamento para tratar de políticas de cooperativismo que fortaleçam as ações da Frencoop/RS.

**Demanda:** Criação de uma comissão permanente do cooperativismo na Câmara.

## PREVIDÊNCIA NO RAMO TRABALHO

**Contexto:** Encargo previdenciário excessivo para cooperados do ramo Trabalho, com desconto de 20% para o INSS, que prejudica a competitividade do setor.

**Demanda:** Sugestão de projeto de lei corretivo e promoção de encontros técnicos com MTE e Receita Federal.

## PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES

**Contexto:** Restrições da participação de cooperativas em licitações devido à interpretação incorreta da Súmula 281 do TCU.

**Demanda:** Elaboração de normativos administrativos que permitam a participação das cooperativas e proposição de melhorias na regulação para ampliar a concorrência em editais estaduais e federais.

## COOPERATIVAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS

**Contexto:** A regulamentação do Programa Jovem Aprendiz pelo MTE limita a atuação das cooperativas educacionais, com interpretações equivocadas sobre a sua classificação como entidades formadoras.

**Demanda:** Defesa do PL 6.461/2019 mediante emenda aditua reconhecimento das cooperativas educacionais como entidades formadoras, inserção do cooperativismo no currículo e oferta de atividades no contraturno escolar, fortalecendo a formação de jovens e gerando benefícios sociais e comunitários.

## ENERGIA E INTERNET NO CAMPO

**Contexto:** Baixa qualidade da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, com interrupções frequentes e cobertura reduzida da internet em áreas rurais.

**Demanda:** Proposição de políticas para criar programas que incentivem cooperativas fornecedoras de energia e internet, ampliando a infraestrutura e os serviços na área rural, como o programa “Energia Forte no Campo”.

## LEGISLAÇÃO SOBRE DESCANSO DE MOTORISTAS

**Contexto:** Regras excessivamente burocráticas e altos custos relacionados às normas trabalhistas referentes ao descanso e pontos de parada de motoristas (Lei 13.103/2025).

**Demanda:** Revisão e ajuste da legislação com o CONTRAN e o Ministério dos Transportes para simplificar as exigências.

## AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE CARGAS

**Contexto:** Custos elevados e pouco incentivo à aquisição de caminhões e utilitários.

**Demanda:** Implementação de programa de crédito subsidiado nos moldes do setor de táxi.

## RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE COOPERATIVAS

**Contexto:** Falta de oportunidade de recuperação das cooperativas em processo anterior à liquidação, devido à legislação atual sobre falência e recuperação.

**Demanda:** Alteração legislativa para criação de modelo especial de recuperação para cooperativas, proporcionando maior segurança e reorganização financeira, conforme o PL 815/2022.

## EDUCAÇÃO FINANCEIRA E COOPERATIVISMO NAS ESCOLAS

**Contexto:** A educação financeira e o cooperativismo ainda não estão integrados ao currículo escolar. Parcerias com o sistema de crédito nas áreas educacional e de educação financeira/social não são reconhecidas no currículo obrigatório.

**Demanda:** Inclusão de conteúdos de educação financeira e cooperativismo via Conselho Nacional de Educação e secretarias estaduais de educação.

## LINHAS DE CRÉDITO PARA COOPERATIVAS DE SAÚDE

**Contexto:** Ausência de linha de crédito público incentivado para cooperativas de saúde, semelhante às disponíveis para cooperativas agropecuárias.

**Demanda:** Criação de linhas de crédito semelhantes às das cooperativas agropecuárias, facilitando investimentos em inovação, infraestrutura e tecnologia, por meio do BNDES ou bancos regionais.

## SEGURANÇA REGULATÓRIA NA SAÚDE COMPLEMENTAR

**Contexto:** Insegurança sobre a taxatividade do rol de procedimentos aumenta a judicialização da saúde, colocando em risco a sustentabilidade das cooperativas de planos de saúde e gerando insegurança aos usuários.

**Demanda:** Criação de novo marco regulatório detalhando condições de acesso a medicamentos e tratamentos especiais de alto custo, garantindo maior previsibilidade e sustentabilidade do setor.

## SAÚDE PREVENTIVA NAS ESCOLAS

**Contexto:** Baixo índice de diagnósticos precoces e acesso limitado à saúde preventiva, incluindo atendimento odontológico e médico escolar. Diagnósticos precoces reduzem os custos dos sistemas de saúde público e privado.

**Demanda:** Criação de legislação que torne obrigatório o atendimento preventivo odontológico e médico nas escolas.

## REGULAMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS ESCOLAS DE MEDICINA

**Contexto:** Ausência de critérios claros para abertura e manutenção de novas escolas de medicina. A falta de qualificação técnica adequada dos profissionais pode sobrecarregar a demanda de exames médicos e encarecer o atendimento no sistema de saúde.

**Demanda:** Revisão da regulamentação do Ministério da Educação sobre parâmetros de qualidade para novas escolas de medicina e validação de diplomas estrangeiros.



@sistemaocergs

[somoscooperativismo-rs.coop.br](https://somoscooperativismo-rs.coop.br)



Ano Internacional  
das Cooperativas

Cooperativas constroem  
um mundo melhor